

Eólica Seridó S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Eólica Seridó S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Seridó S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eólica Seridó S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de doze meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, que descreve a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas para auxiliar a Eólica Seridó S.A. (“Companhia”) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na apuração dos resultados financeiros e das cláusulas restritivas (Covenants) em 30 de junho de 2018. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2017 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Eolica Seridó S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (não auditado)	Passivo	Nota	2018	2017 (não auditado)
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.512	5.914	Fornecedores	8	2.418	3.612
Contas a receber	5	4.157	13.397	Empréstimos e financiamentos	9	15.226	6.238
Impostos a recuperar		861	630	Obrigações sociais e trabalhistas		119	-
Despesas pagas antecipadamente	6	665	55	Obrigações tributárias	10	465	1.220
Adiantamentos a fornecedores		13	-	Dividendos a pagar		-	879
Total do ativo circulante		7.208	19.996	Partes relacionadas	17	220	1.141
				Provisão para passivo ambiental		-	82
				Outras contas a pagar		130	-
				Total do passivo circulante		18.578	13.172
Não circulante				Não circulante			
Fundos vinculados	4	8.316	2.388	Empréstimos e financiamentos	9	82.550	99.445
Contas a receber	5	6.095	-	Obrigações tributárias	10	131	-
Imobilizado	7	150.212	150.181	Partes relacionadas	17	6.200	-
Total do ativo não circulante		164.623	152.569	Total do passivo não circulante		88.881	99.445
				Patrimônio líquido	11		
				Capital social		61.714	57.631
				Reservas de lucros		3.923	2.820
				Prejuízos acumulados		(1.265)	(503)
				Total do patrimônio líquido		64.372	59.948
Total do ativo		171.831	172.565	Total do passivo e patrimônio líquido		171.831	172.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Seridó S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017 (não auditado)
Receita operacional líquida	13	26.925	26.394
Custo operacionais	14	<u>(9.113)</u>	<u>(5.896)</u>
Lucro Bruto		<u>17.812</u>	<u>20.498</u>
Despesas gerais e administrativas	15	<u>(1.515)</u>	<u>(2.475)</u>
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		<u>16.297</u>	<u>18.023</u>
Receitas financeiras	16	56	4
Despesas financeiras	16	<u>(14.324)</u>	<u>(11.713)</u>
Resultado Financeiro		<u>(14.268)</u>	<u>(11.709)</u>
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		<u>2.029</u>	<u>6.314</u>
Imposto de renda	12	(953)	(526)
Contribuição social	12	<u>(392)</u>	<u>(296)</u>
Resultado do período		<u><u>684</u></u>	<u><u>5.492</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Seridó S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos acumulados)	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 01 de julho de 2016 (não auditado)	46.124	-	-	(2.296)	43.828
Aumento do Capital Social	11.507	-	-	-	11.507
Lucro líquido do período	-	-	-	5.492	5.492
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	(879)	(879)
Destinação para reserva legal em 31 de dezembro de 2016	-	185	-	(185)	-
Destinação para reservas de retenção em 31 dezembro de 2016	-	-	2.635	(2.635)	-
Saldos em 30 de junho de 2017 (não auditado)	57.631	185	2.635	(503)	59.948
Aumento do Capital Social	4.083	-	-	-	4.083
Lucro líquido do período	-	-	-	684	684
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	(343)	(343)
Destinação para reserva legal em 31 de dezembro de 2017	-	72	-	(72)	-
Destinação para reservas de retenção em 31 dezembro de 2017	-	-	1.031	(1.031)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	61.714	257	3.666	(1.265)	64.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eolica Seridó S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos	2.029	6.314
Juros sobre financiamentos	7.348	11.638
Depreciação	6.122	3.697
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(231)	(158)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(610)	(27)
(Aumento) redução em contas a receber	3.145	(8.213)
(Aumento) redução em adiantamentos a fornecedores	(13)	-
Aumento (redução) em fornecedores	(1.194)	551
Aumento (redução) em partes relacionadas	5.279	1.073
Aumento (redução) em provisão para passivo ambiental	(82)	82
Aumento (redução) em dividendos a pagar	(879)	-
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(624)	1.062
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	119	-
Aumento (redução) em outras contas a pagar	130	-
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	20.539	16.019
Pagamento de IR e CS	(1.688)	(822)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
Aplicação em fundos vinculados	(5.928)	1.113
Aquisição imobilizado	(6.153)	(16.988)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(13.769)	(16.697)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento		
Pagamento de principal de empréstimos	(15.255)	(5.697)
Integralização de capital	4.083	11.507
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	(11.172)	5.810
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(4.402)	5.132
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	5.914	782
No fim do período	1.512	5.914
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(4.402)	5.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Eólica Seridó S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de setembro de 2010, com sede na cidade de Lagoa Nova, estado de Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento Serra de Santana III, incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia eólica situada no município de Bodó, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de quinze unidades geradoras de 2MW¹, totalizando 30MW¹ de capacidade instalada.

A Companhia iniciou suas operações comerciais e de geração de energia em janeiro de 2016.

b. Autorização

A autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 30 (trinta) anos contados a partir da publicação da Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. A resolução, bem como a data de sua emissão é:

Central geradora eólica	Portaria ANEEL	Data da publicação
Serra de Santana III	475	09/08/2011

c. Capital circulante líquido

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 11.370. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Essas demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações necessárias da apuração dos resultados financeiros e das cláusulas restritivas (covenants) em 30 de junho de 2018, pela Companhia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Consequentemente, a demonstração financeira não pode servir para outras finalidades

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de agosto de 2018.

¹ As informações de MW não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Não há julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras e os fundos vinculados que estão a valor justo.

3 Principais práticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) *Mudanças a partir de 1º de janeiro de 2018*

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

- **Classificação - Ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia entre os períodos aos quais se referem estas demonstrações financeiras. Abaixo, seguem os saldos no momento da adoção inicial ao pronunciamento:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Total de ativos financeiros		
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado
Total de passivos financeiros		

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

Edificações, obras civis e benfeitorias	25 anos
---	---------

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

d. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

e. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE;
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE;
- Recebimento de receita fixa com base no contratado, independente de sua geração;
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

g. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

4 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Bancos	35	928
Aplicações financeiras (a)	1.477	4.986
	1.512	5.914

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, junto ao Santander, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 99% CDI referente as aplicações do Santander.

b. Fundos Vinculados

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Garantia serviço da dívida BNDES	4.250	2.374
Garantia serviço da dívida debêntures	-	14
Centralizadora	2.301	-
Reserva especial	1.033	-
Garantia O&M	732	-
Total	8.316	2.388

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Reserva da Dívida e Reserva de O&M), em que é exigido pelo Banco financiador que sejam mantidas três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção.

Adicionalmente, a Companhia mantém contas de pagamento das Debêntures de titularidade das SPEs em que são transferidos mensalmente na proporção de 1/6 (um sexto) da próxima prestação devida aos Debenturistas.

Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

5 Contas a receber

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Câmara Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	<u>10.252</u>	<u>13.397</u>
Circulante	4.157	13.397
Não Circulante	6.095	-

Todos os títulos em aberto em 30/06/2018 estão classificados como a vencer.

O montante de R\$ 6.095 classificado como não circulante refere-se aos montantes de energia geradas a maior no primeiro quadriênio que serão liquidadas no próximo exercício, conforme regras estabelecidas no Contrato de Venda de Energia celebrado com a CCEE.

6 Despesas pagas antecipadamente

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Premios de seguros	294	55
Fianças bancárias (a)	<u>371</u>	<u>-</u>
Total	<u>665</u>	<u>55</u>

- (a) As fianças bancárias são tomadas junto a instituições financeiras como garantias às obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas perante o BNDES.

7 Imobilizado

Composição do imobilizado

	30/06/2018			30/06/2017 (não auditado)
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	<u>162.281</u>	<u>(12.069)</u>	<u>150.212</u>	<u>150.181</u>
	Saldo em 01/07/2017 (não auditado)	Adições	Depreciação	Saldo em 30/06/2018
Edificações, obras civis e benfeitorias	<u>150.181</u>	<u>6.153</u>	<u>(6.122)</u>	<u>150.212</u>

	Saldo em 01/07/2016 (não auditado)	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/06/2017 (não auditado)
Edificações, obras civis e benfeitorias	132.690	16.988	4.200	(3.697)	150.181
Imobilizado em andamento (a)	4.200	-	(4.200)	-	-
Total	136.890	16.986	-	(3.698)	150.181

(a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.

8 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O saldo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 2.418 (R\$3.612 em 30 de junho de 2017, não auditado).

9 Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimentos	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Financiamentos (a)	2,55% a.a. + TJLP	15/06/2032	<u>97.776</u>	<u>105.683</u>
Circulante			15.226	6.238
Não Circulante			82.550	99.445

(a) A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

Saldo em 30 de junho de 2017 (não auditado)	<u>105.683</u>
Amortização de principal e juros	(15.255)
Juros Incorporados a Dívida	<u>7.348</u>
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>97.776</u>

Covenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia e/ou a alienação fiduciária de equipamentos e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e/ou carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” de acordo com as condições contratuais acordadas, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;

- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato (exclusivamente para BNDES);
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, consolidado da controladora Serras Holding S.A. apurado anualmente, igual a superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

10 Obrigações tributárias e Trabalhistas

Obrigações tributárias são saldos a pagar no âmbito federal, estadual e municipal.

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
IRPJ e CSLL	178	821
Pis e Cofins	103	272
Impostos parcelados	199	-
INSS	61	54
Demais Obrigações	55	73
Total	596	1.220
Circulante	465	1.220
Não circulante	131	-

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 61.714 em 30 de junho de 2018 (R\$ 57.631 em 30 de junho de 2017, não auditado) e está representado por 61.714 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A integralização de capital no período findo em 30 de junho de 2018 foi de R\$ 4.083.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. O montante de R\$343 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e R\$879 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O exercício social da Companhia encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, portanto, nessas demonstrações financeiras do período de doze meses findo em 30 de junho, não será efetuada distribuição de dividendos.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O exercício social da Companhia encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, portanto, nessas demonstrações financeiras do período de doze meses findo em 30 de junho, não serão efetuadas as destinações para reserva legal.

d. Reserva de retenção de Lucros

O saldo da reserva de retenção de lucros, refere-se aos lucros acumulados de exercícios anteriores, os quais estão à disposição da Assembleia para futuras destinações.

e. Lucros (prejuízos) acumulados

O saldo referente aos lucros (prejuízos) acumulados, ao final do exercício de 2018, será destinado conforme o estatuto social da Companhia e nos termos da Lei 6.404/76.

12 Imposto de renda e contribuição social

Foram apurados os impostos, o imposto de renda e a contribuição social correntes exercício de 2018, sendo R\$ 953 para o imposto de renda e R\$ 392 para a contribuição social, (R\$ 526 para o imposto de renda e R\$ 294 para a contribuição social em 2017, não auditados).

	30/06/2018		30/06/2017 (não auditado)	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	27.764	27.764	27.162	27.162
Aliquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	2.221	3.332	2.173	5.278
Demais receitas	1.592	1.022	(68)	(1.989)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Corrente	(953)	(392)	(526)	(296)

13 Receita operacional líquida

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Receita bruta	27.764	27.162
Venda de Energia elétrica	27.764	27.162
Deduções da receita	(839)	(768)
Pis sobre faturamento	(149)	(137)
Cofins sobre faturamento	(690)	(631)
Total	26.925	26.394

14 Custos de geração

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Depreciação	(6.122)	(3.698)
Compra de energia	(799)	(1.801)
Encargos de transmissão e conexão	(585)	-
Despesa com manutenção	(444)	(49)
Serviços de terceiros	(180)	(71)
Arrendamentos e aluguéis	(300)	(277)
Seguros	(266)	-
Custo com pessoal	(185)	-
Taxa de fiscalização ANEEL	(32)	-
Compartilhamento de despesas	(200)	-
Total	<u>(9.113)</u>	<u>(5.896)</u>

15 Despesas gerais e administrativas

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(705)	(872)
Viagens, diárias e ajuda de custos	(1)	-
Taxas e Emolumentos	(18)	-
Tributos	(108)	(1.317)
Despesas com cartório	(4)	(19)
Despesas legais, judiciais e publicações	(187)	(41)
Serviços e assessoria	(37)	(88)
Compartilhamento de custos	(213)	-
Auditoria externa	(101)	(26)
Outras	(141)	(112)
Total	<u>(1.515)</u>	<u>(2.475)</u>

16 Resultado financeiro

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	7	-
Rendimentos de aplicações financeira	49	4
Receitas financeiras	<u>56</u>	<u>4</u>
Despesas financeiras		
Tarifa bancária	(20)	-
Juros BNDES	(7.348)	(11.638)
Juros, Comissões e outras despesas bancárias	(6.195)	-
IOF	(2)	(7)

Outros gastos financeiros	(703)	(28)
Juros fornecedores	(54)	(40)
Multas	(2)	-
	(14.324)	(11.713)
Despesas financeiras	(14.324)	(11.713)

17 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos e resultado em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Passivo		
Eólica Lanchinha S.A. (b)	5.300	-
Eólica Paraíso S.A. (b)	900	-
Serras Holding S.A.	-	632
Echoenergia Participações S.A.(a)	220	509
	6.420	1.141
Total	6.420	1.141

	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Resultado		
Compartilhamento de custos (a)	(200)	-
Compartilhamento de despesas (a)	(213)	-
	(413)	-
Total	(413)	-

- (a) A Companhia possui despesas, custos e contas a pagar referente a compartilhamentos de despesas e custos entre as empresas do Grupo Echoenergia Participações S.A.
- (b) No dia 24 de agosto de 2018, conforme nota explicativa nº 21, a Companhia pagou o montante de R\$900 para Eólica Paraíso S.A. e o montante de R\$5.300 para Eólica Lanchinha S.A.

Remuneração dos administradores

Nos períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

18 Provisão para contingências

Até 30 de junho de 2018, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi cosnstituída.

19 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 30 de junho de 2018 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

20 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	30/06/2018		30/06/2017 (não auditado)	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas, equivalentes de caixa	1.512	1.512	5.914	5.914
Fundos Vinculados	8.316	8.316	2.388	2.388
Contas a receber	10.252	10.252	13.397	13.397
Fornecedores	2.418	2.418	3.612	3.612
Empréstimos e financiamentos	97.776	97.776	105.683	105.683
Total	120.274	120.274	130.994	130.994

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
30 de junho de 2018					
Fornecedores	2.418	2.418	-	-	-
Financiamentos	97.776	15.226	30.452	52.098	-
Total	100.194	17.644	30.452	52.098	-
30 de junho de 2017 (não auditado)					
Fornecedores	3.612	3.612	-	-	-
Financiamentos	105.683	6.238	12.476	18.714	68.255
Total	109.295	9.850	12.476	18.714	68.255

c. Instrumentos financeiros por categoria

	30/06/2018		30/06/2017 (não auditado)	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
<i>Ativos financeiros:</i>				
Caixas, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	35	1.477	928	4.986
Créditos a receber	10.252	-	13.397	-
Fundos vinculados	-	8.316	-	2.388
<i>Passivos financeiros:</i>				
Fornecedores	2.418	-	3.612	-
Empréstimos e Financiamentos	97.776	-	105.683	-

d. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 30 de junho de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
	30/06/208	30/06/2019	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP *	6,9%	6,56%	0,34 p.p.	1,6 p.p.	3,3 p.p.
CDI **	4,3%	4,10%	0,20 p.p.	1,0 p.p.	2,1 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI **	6,5%	8,0%	1,50 p.p.	2,0 p.p.	4,0 p.p.

* Taxa de juros de longo prazo

** Certificado de depósito interbancário

A sensibilidade foi calculada com base no cenário provável dos próximos 12 meses a findar em 30 de junho de 2019, e, demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldo em	Sensibilidade		
		30/06/2018	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos	TJLP	97.776	6.414	8.018	9.621
Total		<u>97.776</u>	<u>6.414</u>	<u>8.018</u>	<u>9.621</u>
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<u>9.793</u>	<u>783</u>	<u>979</u>	<u>1.175</u>

21 Eventos subsequentes

a) Pagamento de debentures

No dia 29 de agosto de 2018 ocorreu o resgate antecipado total das debêntures emitidas pela Companhia que estão classificadas como curto prazo.

b) Liquidação dos Mútuos entre SPEs

No dia 24 de agosto de 2018 ocorreu a liquidação total dos mútuos intercompany existentes entre as SPEs. O mútuos foram liquidados conforme tabela abaixo.

Pagador	Recebedor	Valor
Eólica Seridó S.A.	Eólica Lanchinha S.A.	5.300
Eólica Seridó S.A.	Eólica Paraíso S.A.	900

c) Aumento de capital na companhia

No dia 24 de agosto de 2018 ocorreu o aumento de capital social na companhia no valor de R\$ 6.200.

* * *